

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DAS ESCOLAS DE
MAGISTRATURA DO TRABALHO**

**Aos vinte e um dias do mês de setembro do
ano de dois mil e dezessete, às 14h30min, foram
iniciados os trabalhos da quinquagésima quinta
Assembleia Geral Extraordinária do Conselho
Nacional das Escolas de Magistraturas do Trabalho.**

Compuseram a mesa o Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, Presidente do CONEMATRA e Diretor da Escola Judicial do TRT da 16ª Região, o Desembargador Ivan de Souza Valença Alves, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Desembargador Valdir José Silva de Carvalho, Vice Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Desembargadora Nise Pedroso Lins de Sousa, Diretora da Escola Judicial do TRT 6ª Região, o Desembargador Alexandre Correa da Cruz, Diretor da Escola Judicial do TRT da 4ª. Região, neste ato representando a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da Escola Nacional da Magistratura do Trabalho - ENAMAT, o Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Júnior, Vice Presidente do CONEMATRA e Diretor da Escola Judicial da 24ª Região e o Desembargador Paulo Alcântara, Vice Diretor da Escola Judicial do TRT da 6. Região.

Após a composição da mesa, foi tocado o hino nacional.

Com a palavra, o Presidente do CONEMATRA, Desembargador Gerson, iniciou as tarefas, saudando a todos e elogiando o trabalho desenvolvido pela Escola Judicial do TRT da 6ª. Região, que hoje recepciona os integrantes do Conselho, assim como enalteceu as atividades desenvolvidas por cada um dos integrantes da mesa de abertura.

Discorreu sobre a alegria que sente em presidir o CONEMATRA e a importância dos trabalhos hoje desenvolvidos pelo Conselho, muito especialmente a relevância do tema a ser discutido - capacitação de conciliadores e

mediadores -, não tendo sido suficiente o encontro de Goiânia.

Afirma que o TST aguarda o trabalho aqui desenvolvido, o que demonstra o valor do projeto analisado e a aproximação tanto com a ENAMAT quanto CSJT.

Agradeceu também às palestrantes, Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa e Wanda Lúcia Ramos da Silva, pela disponibilidade e a competência com que desenvolvem o trabalho.

A Diretora da Escola Judicial da 6ª. Região, na qualidade de anfitriã, cumprimentou a todos e discorreu sobre o prazer e honra de sediar a 55ª. Assembleia extraordinária do CONEMATRA, que conta com a efetiva participação de todos as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais, o que bem demonstra o comprometimento e união das EJud's, unidas em torno de um ideal da melhor capacitação de seus magistrados e servidores.

Agradeceu a participação das duas palestrantes, frisando a importância do tema, e de toda a equipe do TRT 6, que tornou possível a realização desse evento.

O Presidente do TRT6 assumiu palavra, cumprimentando os componentes da mesa, Desembargadores presentes, assim como todos os Magistrados e Servidores reunidos.

Agradeceu os integrantes da EJud 6 e servidores do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco envolvidos na organização do evento pelo trabalho desenvolvido.

Discorreu sobre o momento delicado que atravessa a Justiça do Trabalho e a dificuldade de seu Regional, em particular, diante da Resolução 219 do CNJ, que implicará em movimentação de um grande número de servidores, assim como a necessidade de movimentação do Tribunal para se amoldar à determinação da Resolução 174 do CSJT, mencionando o pioneirismo da Justiça do Trabalho na conduta conciliatória.

Pede vênias para render homenagens a Desembargadora Nise, Diretora da EJud 6, Desembargador Paulo, Vice Diretor, assim como aos servidores da Escola Judicial do TRT6.

Deseja boa jornada e uma excelente estada em Pernambuco para todos.

As palavras do Presidente do TRT da 6^a. Região deram então espaço a uma memorável apresentação do frevo de Pernambuco, aplaudida de forma entusiástica.

Posteriormente, teve início a palestra da Desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, que rememorou a criação e os primeiros trabalhos desenvolvidos pelo CONEMATRA, cuja preocupação inicial centrou-se, em um primeiro momento, em descortinar qual seria o melhor perfil de Magistrado para o Brasil.

Depois de muito estudo e discussão, a conclusão é que este deveria ser técnico, mas não tecnicista, ser humanista e conciliador.

A partir da 14^a. reunião do CONEMATRA, com este perfil estabelecido, passou-se a discutir qual formação dar a este Magistrado, pensando-se em um tipo de formação para escola nacional, outro para regional.

Informa que a ENFAM voltou a discutir o perfil da Magistratura e a palestrante também propõe que tal discussão seja renovada no CONEMATRA.

Que perfil queremos??

Discorre sobre o FONACON e entende que a Resolução 174 do CSJT chegou com vinte anos de atraso, detalhando seus termos.

A Desembargadora discorreu, então, sobre o trabalho de formação de mediadores e conciliadores feito pelo TRT da 15^a. Região, realçando pontos relevantes, inclusive os objetivos da capacitação, seu formato, o termo de responsabilidade do juiz e do servidor de que atuarão como conciliadores por no mínimo um ano e os resultados obtidos.

Encerrada a palestra, o Desembargador Manoel Carlos, EJUD 15, anunciou estudo de Direito comparado, acessível na biblioteca virtual da EJUD 15, sendo parabenizado pelo trabalho.

Após o retorno do *coffee break*, a Desembargadora Maria Beatriz Theodoro Gomes, Presidente do TRT da 23^a Região e Diretora da sua Escola Judicial, convidou a todos para

participarem da Segunda Semana Jurídica da Escola Judicial de seu Tribunal, que será transmitida "on line", sendo elogiada pelos presentes a iniciativa.

A Coordenadora Acadêmica da Ejud 6, por sua vez, forneceu informações sobre o jantar de adesão que ocorrerá na data de hoje, assim como o "city tour" oferecido.

Convidou os presentes, ainda, a participarem do Congresso Internacional a ser realizado nos próximos dias 30 e 31 de outubro em Recife, com foco na Reforma Trabalhista, tratando-se de uma iniciativa conjunta das Escolas Judiciais dos TRT's da 6ª, 13ª e 19ª Regiões. Realça que contam com a presença das demais Escolas no evento.

A palavra foi então passada ao Desembargador Elvécio Moura dos Santos, Diretor da Escola Judicial do TRT da 18ª. Região, o qual esclareceu que não quer, de forma alguma, atrasar a explanação de sua Coordenadora, Juíza Wanda, mas apenas reiterar o que já de conhecimento de todos, ou seja, a nomeação, na data de hoje, do Desembargador Breno Medeiros, Presidente de seu Regional, como Ministro do TST.

Assim, propõe que o Conselho envie mensagem ao novo Ministro, congratulando-o pela nomeação, o que foi deliberado por unanimidade pelos presentes.

O Presidente do Conselho enviará o ofício.

A palavra então foi concedida a Juíza Wanda, Coordenadora da EJUD 18 e também palestrante do dia.

Ela agradeceu inicialmente a nova oportunidade de discussão do tema, elogiou o trabalho desenvolvido pela 15ª. Região, pioneira na capacitação, visando a conciliação, e relembrou com os presentes os trabalhos realizados pela Comissão de Estudos do CONEMATRA e discutidos na Assembleia de Goiânia.

Pretende, assim, trazer os resultados da aplicação dessa programação na Escola Judicial da 18ª Região, já com as contribuições dadas no último CONEMATRA.

Foi exibido um rápido filme sobre a manifestação de alguns alunos servidores que realizaram o curso.

Fez um pequeno esboço histórico do CEJUSC na 18ª Região e as origens da Resolução 174 do CSJT, discorrendo, ainda, sobre a postura da Justiça do Trabalho quanto à conciliação, trazendo tese aprovada no último CONAMAT de abril/2016 sobre a matéria.

Elencou os motivos de exclusão da Justiça do Trabalho da Resolução 125 do CNJ, dentre outras considerações.

Relatou a experiência do TRT18, onde hoje todas as audiências iniciais são levadas para o CEJUSC, sendo os conciliadores não só treinados para promoverem a conciliação, mas também para serem a melhor porta de entrada possível ao Judiciário, até mesmo para aqueles que atuam em demandas sem nenhuma perspectiva de conciliação.

Trouxe a proposta de capacitação e seus objetivos, fazendo exposição minuciosa de seu conteúdo.

Terminada a apresentação da MM Juíza, o Desembargador Paulo Alcântara discorreu brevemente sobre saúde psíquica, após o que, às 18h30min, foram encerrados os trabalhos.

Ata dos Assessores

Continuação dos trabalhos da quinquagésima quinta Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Nacional das Escolas de Magistraturas do Trabalho - 21 de setembro de 2017, 09h.

No dia 21 de setembro de 2017, no turno matutino, o Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, Presidente do CONEMATRA, fez a abertura dos trabalhos, saudou os servidores e ressalta a eficiência e vocação dos servidores das EJUDs. Esclarece o motivo da mudança da carga horária das reuniões, pois, a mesma é decorrente da redução do orçamento. Por fim, agradece toda equipe envolvida da organização da reunião. Em seguida, A diretora da Escola Judicial da 6ª Região, Desembargadora Nise Pedroso Lins de

Sousa, também, dá as boas vindas aos servidores e agradece a equipe da EJUD6 pelo empenho e dedicação na organização da reunião.

A servidora da EJUD6, Verônica Tavares Cavalcanti, fez a apresentação da palestrante Eliane Farias Remígio Marques. A Oficina sobre "Racionalização e Gestão de Procedimentos nas Secretarias das Escolas Judiciais - um caminho para eficiência operacional" objetivou compreender o cenário atual de mudança e o papel da escola, identificando a gestão de processos com estratégia que favorece a organização dos servidores. O conteúdo programático trabalhado na oficina foi: Estratégia, Processos (Conceitos importância de gestão por processos; Metodologia de gestão de processos; Cadeia de valor - macroprocessos) e Pessoas. Foi realizada uma reflexão sobre o cenário de mudança na organização, tendo sido ressaltados os seguintes pontos: Redução orçamentária; ausência dos magistrados nas capacitações em decorrência da sobrecarga de trabalho com o PJe; os impactos da resolução 219 (redução no quadro de servidores nas EJUDs; redução das funções comissionadas).

A instrutora ao desenvolver o tema "Estratégia organizacional, resposta às demandas" diz que a estratégia realizada por meio dos processos e projetos são realizados pelas pessoas. Quando o assunto foi Gestão de Processos expõe que este é um conjunto de atividades interrelacionadas ou interativas que transforma insumos (entradas) em serviços/produtos (saídas)". Durante a realização da oficina os assessores participaram de forma ativa das atividades sugeridas pela instrutora contribuindo para o desenvolvimento dos temas abordados.

No dia 22 de setembro de 2017, no turno matutino, o Desembargador Brasilino Santos Ramos, Diretor da Escola Judicial da 10ª Região, fez a abertura dos trabalhos, saudou os servidores e falou da satisfação do TRT10 estar contribuindo, mais uma vez, na capacitação dos Assessores das Escolas Judiciais. A servidora da EJUD6, Verônica Tavares Cavalcanti, fez a apresentação da

palestrante Camone Cristiane Zanghelini, servidora do TRT da 10ª Região.

A Oficina sobre Gestão de Processos nas Escolas Judiciais teve como objetivo compartilhar a experiência da Escola Judicial da 10ª Região para contribuir na identificação dos macroprocessos e processos de trabalho nas EJUDs dos Tribunais Regionais do Trabalho. O conteúdo programático trabalhado foi: Gestão de Processos; Macroprocesso; Construção do macroprocessos e processos de trabalho. Na construção deve contemplar todas as atividades da escola. Foram apresentadas e discutidas as cadeias de valores de alguns TRTs.

Após, a oficina foram apresentados e discutidos os temas de interesse das Escolas Judiciais. Os temas apresentados foram: Endomarketing , Unificação das Ações; Avaliação de impactos e resultados ; Sistemas Nacionais das Escolas - Sigep; Conteúdo em Ead para servidores da EJUD; compartilhamento de forma sistematizada os planejamentos de curso. Os temas propostos foram discutidos pelos assessores que decidiram o que se segue: Primeiro dia do CONEMATRA em Porto Alegre, serão discutidos os Sistemas Nacionais das Escolas - SIGEP; no segundo dia as Escolas Judiciais farão uma breve apresentação de uma Boa Prática realizada em 2017 . A sugestão foi que todas as Boas Práticas sejam inscritas, porém, somente uma será apresentada.

Ata dos Magistrados - Assembleia.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às 09h, foram reiniciados os trabalhos da quinquagésima quinta Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Nacional das Escolas de Magistraturas do Trabalho.

1. A mesa de abertura foi composta pelo Presidente do CONEMATRA, Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Júnior, Vice Presidente do CONEMATRA e Diretor da Escola Judicial da 24ª Região e pela Secretária Geral, Juíza Maria Raquel

Ferraz Zagari Valentim, Coordenadora Acadêmica da EJUD 3.

O Desembargador Gerson iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e parabenizando a EJUD 6 pela organização do evento. Agradeceu também a participação do Presidente do TRT 6 no evento.

1. A ata da 54ª. Assembleia Ordinária do CONEMATRA, realizada em julho pp, em Goiânia, foi APROVADA por unanimidade, sem manifestações contrárias.

2. Presidente do Conselho, Desembargador Gerson, pediu licença para inverter a pauta e discutir no momento o impacto da Resolução 219 do CNJ nas Escolas Judiciais.

O assunto foi levantado pelo Desembargador Brasilino, Diretor da Escola Judicial da 10ª Região, que relembrou estudo já feito pelo CONEMATRA acerca de uma estrutura mínima de funcionamento para as Escolas, estudo este apresentado a ENAMAT, para deliberação. Acrescentou que a Resolução em apreço excluiu as Escolas, mas hoje é evidente que os tribunais, para darem cumprimento a Resolução 219 do CNJ, provavelmente impactarão os quadros das EJuds.

O MM Juiz Aposentado, Carlos Alberto Lontra, entende pertinente a colocação feita e complementa a informação, uma vez que participou do grupo de trabalho que elaborou o projeto de uma estrutura mínima das escolas. Entende que os Conselheiros da ENAMAT, que também fazem parte deste Conselho, poderiam interceder para que o processo a que se referiu o Desembargador Brasilino tenha andamento.

Com a palavra, então, a Juíza Maria Raquel, Secretária Geral do CONEMATRA e Coordenadora da EJUD 3, faz coro à preocupação do Desembargador Brasilino, informando aos presentes que, recentemente, por deliberação do Pleno do TRT3, em decorrência das determinações da Resolução 219 do CNJ, a EJUD 3 terá redução de no mínimo 16,5% em sua estrutura, podendo este percentual, inclusive, ser majorado, com base em proposta a ser efetivada por uma Comissão instituída também

pelo Tribunal. Declarou que teme o esvaziamento da Escola, com comprometimento das atividades lá realizadas, as quais envolvem não apenas a formação de Magistrados, mas também de Servidores, Biblioteca, Revista, Pesquisa e Memória.

A Desembargadora Nise, EJUD 6, relatou que já perdeu, por este mesmo motivo, três servidores e indaga se haverá ou não observância do artigo 11 da mencionada Resolução pelos Tribunais.

O Desembargador Alexandre, Diretor EJUD 4, com a palavra, relatou que a sua EJUD assumiu a capacitação de servidores recentemente e teme a perda de servidores em seu quadro.

Sugere o encaminhamento de pedido à ENAMAT para que haja auxílio às Escolas Judiciais, visando a garantia de sua estrutura, bem como que seja pautado, o mais breve possível, o processo mencionado pelo Dr. Brasilino, que trata da estrutura mínima das Escolas Judiciais.

Este, por sua vez, informa que o processo se encontra no Conselho da ENAMAT, onde houve pedido de vista, não se tendo outra notícia. Sugere que a decisão hoje tomada seja encaminhada oficialmente a ENAMAT, como anseio de todas as Escolas.

A Desembargadora Maria Beatriz, EJUD 23, esclarece que entende importante registrar sua preocupação não só como Diretora da EJUD, mas também enquanto Presidente de seu Tribunal, ressaltando que a Escola cuida da capacitação de magistrados e servidores, sendo temerária a desvalorização e retirada de servidores das EJUDS.

O Desembargador Marcelo, EJUD 1, entende que o assunto ora abordado envolve, na verdade, o relacionamento entre Escolas e o Presidente de cada Tribunal, assunto de grande relevância para a EJUD 1, pois existe controle de conveniência e oportunidade de todas as ações de capacitação de sua escola pela Administração. Em razão disso indaga: até que ponto o Presidente do Regional pode intervir nas ações das Escolas? Qual a autonomia das Escolas?

Presidente Gerson defendeu a autonomia das Escolas, que possuem até seu próprio Conselho.

Desembargadora Maria Beatriz, EJUD 23, fez uma ponderação sobre a responsabilidade de cada Presidente de Regional, ao passo que o Desembargador Davi, EJUD 11, informou que sua Escola sobrevive por conta da excelência de sua equipe, formada por antigos assessores de Desembargadores, embora a falta de pessoal seja gritante.

Desembargador Amaury, EJUD 24, lembra que o gestor primário, ao final das contas, é o Presidente, motivo pelo qual ingerências podem mesmo ocorrer, sendo delicada a relação Escola-Presidência. Ademais, compete também a este último a liberação dos magistrados e, se não houver harmonia, a Escola perde.

Desembargador Manoel Carlos, EJUD 15, entende que deve haver autonomia das Escolas, não podendo ter justificativa o controle e submissão dos projetos das Escolas à Presidência dos Regionais.

Desembargador Elvécio, EJUD 18, esclarece que sua Escola precisou passar por um "rearranjo" muito grande para não ter que ceder ainda mais.

Após o intervalo, Desembargador Brasilino, EJUD 10, observou que nenhuma Escola Judicial como um todo e seus Diretores jamais poderão se conformar com a visão de uma EJUD como um mero "puxadinho", pois as Escolas existem em função de um comando constitucional e não podem ser vistas como inexpressivas.

É área estratégica do Tribunal e se hoje esse problema existe é pela ausência de um normativo sobre sua estrutura. Esclarece que na 10ª Região, depois de muita discussão, as questões foram resolvidas através de uma Resolução Administrativa, que consolidou os normativos sobre Escolas Judiciais. Ademais, este cenário de servidores minguando dia a dia reforça a necessidade de capacitação daqueles que permanecem, papel das Escolas Judiciais, que precisam ser fortalecidas. Por este motivo, propõe o encaminhamento de ofício, tanto a ENAMAT, quanto ao COLEPRECOR, externando a

preocupação com a dilapidação das estruturas das Escolas e a favor da continuidade do projeto de fixação de uma estrutura mínima das EJUDs.

A Desembargadora Maria Beatriz, EJUD 23, informa que haverá COLEPRECOR na semana seguinte e que poderia ser agilizado o ofício.

A expedição dos ofícios foi deliberada por unanimidade, ficando a cargo do Vice Presidente, Desembargador Amaury, tomar as providências necessárias na semana que vem quanto ao COLEPRECOR, em razão das férias do Presidente.

3.Outro ponto de pauta discutido foi a proposta de Formação de Mediadores e Conciliadores, a ser encaminhada para o CSJT, proposta esta explicitada pela Juíza Wanda, EJUD 18, que destacou os pontos alterados após a reunião de Goiânia, especialmente alteração da carga horária mínima teórica para 56 horas, além das matérias que seria um pré-requisito. Esclareceu que as alterações promovidas constam da minuta disponibilizada a todos os membros do Conselho no material recebido no início do evento e foram mais predominantes quanto às avaliações aplicadas ao curso.

O Desembargador Marcelo, EJUD 1, parabenizou à Juíza Wanda e aos demais componentes do Grupo de Trabalho do CONEMATRA pelo estudo feito, enaltecendo a proposta de formação.

O Coordenador Acadêmico da EJUD 16, Juiz Paulo Fernando, indaga se há na proposta deliberação sobre a realização de curso presencial ou EAD ou, ainda, se a questão ficará a critério de cada escola.

A Juíza Wanda, EJUD 18, esclarece que a proposta é aberta neste sentido, na medida em que cada EJUD deverá discutir e alinhar a proposta que melhor atenda seu objetivo e necessidades. Particularmente, a Magistrada defende o curso presencial, pois o contato entre os conciliadores e trocas de experiências foi muito importante, assim como o aproveitamento, considerando, em especial, a essência do papel do conciliador, que atua de forma presencial na pacificação dos conflitos. Acrescenta, ainda, que há consenso no

Grupo de Trabalho no sentido de que a aula sobre ética deva ser, necessariamente, presencial.

O Desembargador Manoel Carlos destacou que todos os estudos feitos sobre o tema demonstram a importância da qualidade da formação do mediador/conciliador no sucesso do processo conciliatório.

Maria Raquel, EJUD 3, por sua vez, anotou o realce que o CSJT está dando à contribuição do CONEMATRA, tendo o Desembargador Gerson, neste momento, elogiado o trabalho da Comissão, o que foi endossado pelo Desembargador Brasilino, EJUD 10.

Assim, foi deliberado que o projeto será encaminhado, como sugestão do CONEMATRA, sujeito às adaptações regionais.

4. A Desembargadora Maria Beatriz, EJUD 23, propõe, como sugestão para a reunião de Porto Alegre, a apresentação aos servidores sobre a experiência exitosa de seu Regional acerca de sentenças e acórdãos líquidos, o que será analisado pelos organizadores.

5. O Desembargador Marcelo, EJUD 1, compartilha a experiência de sua Escola, que desenvolveu o projeto "vivendo o trabalho subalterno", nascido do relato de Fernando Braga, estudioso da psicologia social e que tratou da chamada "invisibilidade social". Informou que o psicólogo viveu dez anos como gari na USP, no período em que lá estudou, fazendo mestrado e doutorado.

Assim, decidiram trabalhar com os magistrados o exercício de um trabalho invisível, levando em conta a hipervisibilidade social de um juiz.

O próprio Desembargador foi gari por um dia, varrendo as ruas, mas outros colegas exerceram as funções de copeiros, faxineiros do Tribunal de Justiça, trocadores de ônibus, etc.

A experiência foi exitosa e acabou se tornando um livro. De qualquer forma, trouxe a experiência para, se houver interesse, poder compartilhá-la, ficando sua equipe a disposição para prolongar o diálogo.

Desembargador Manoel Carlos, EJUD 15, elogiou a iniciativa, ao passo que a Juíza Wanda, EJUD 18, declarou seu interesse, informando que o psicólogo Fernando Braga esta indo a EJUD 18 exatamente para relatar esta experiência.

6. A Juíza Maria Raquel informou que a EJUD 3 publicará, em breve, uma obra intitulada "Ligância Habitual e Política Pública de Regulação Trabalhista", de autoria do Magistrado Vicente de Paula Maciel Júnior e do Servidor Rubens Goyatá Campante, fruto de uma pesquisa integralmente desenvolvida na Escola Judicial da 3ª Região e que será enviada a todas as Escolas e Bibliotecas Regionais.

7. A Desembargadora Mari Eleda, EJUD 12, convidou a todos para o Seminário sobre a Crescente Litigiosidade no Judiciário Trabalhista Brasileiro, promovido pela EJUD 12.

8. Pelo Presidente Gerson foi informado que a EJUD 16 está celebrando um convênio com a Universidade de Salamanca, na Espanha, que propõe um curso de pós graduação "lato sensu", de 360 horas, pago, semipresencial, provavelmente em março ou abril de 2018. Seriam quinze dias intensivos em Salamanca, seguidos de monografia a ser redigida a distância, sem necessidade de retorno para defesa. A validação do diploma seria feita pela Universidade Federal do Maranhão.

Os custos com o curso seriam em torno de dois mil euros, que podem ser parcelados em até doze vezes.

Feito o convênio, as demais Escolas também poderiam participar, por adesão.

Já há interessados no Maranhão, independentemente de qualquer patrocínio das Escolas Judiciais, mas ressalta que entende relevante um convênio com uma Universidade tão expressiva.

9. Foram confirmadas, em assembleia, as datas de futuros encontros do CONEMATRA, a saber: PORTO ALEGRE, dias 23 e 24 de novembro de 2017; SÃO PAULO, 01 e 02 março de 2018.

Desembargador Davi, EJUD 10, propõe um Encontro em Manaus, no mês de junho de 2018, o que será analisado oportunamente.

Desembargador Alexandre, EJUD 4, reforça o convite para que todos se façam presentes no Encontro de Porto Alegre, onde espera recebê-los com alegria.

Encerrando os trabalhos, o Des. Gerson agradeceu a presença de todos e, em especial, a Desembargadora Nise, Diretora da EJUD 6, Desembargador Paulo, Vice Diretor, Juíza Roberta, Coordenadora Acadêmica, e toda a equipe da EJUD 6 pela receptividade e competência, convidando a todos para comparecerem à reunião designada em Porto Alegre.

Encerraram-se os trabalhos às 12h30min.

Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho
Presidente do CONEMATRA

Maria Raquel Ferraz Zagari Valentim
Secretária Geral do CONEMATRA